



Objetividade e subjetividade na redação científica

Ana Beatriz Machado de Freitas¹

1. Pedagoga, Mestre em Psicologia, Doutoranda em Educação e Professora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). E-mail: atenaoliva@hotmail.com

A escrita acadêmica tem especificidades. Frequentemente é realçado o atributo objetividade, do que se poderia depreender que não há lugar para a exposição de aspectos subjetivos. De fato, ela difere da escrita literária e da redação jornalística, ainda que ambas possam ser formais. A escrita literária, mesmo quando trata de fatos verídicos, tem um cunho ficcional ou figurativo. Os fatos precisam ser romanceados sob um gênero – lírico, narrativo, dramático – de modo a seduzir o leitor como obra artística. Já a escrita jornalística tende a ser mais objetiva, mas distingue-se da acadêmica por prescindir de uma argumentação teórica.

A argumentação teórica, mais do que a objetividade em si, é o coração do rigor acadêmico. Isso não quer dizer que as práticas ou as ciências aplicadas sejam menos importantes, pelo contrário; elas já se provam relevantes dentro e fora das universidades, mas a sustentabilidade científica é garantida por uma fundamentação e argumentações teóricas que mostrem sua historicidade, o enraizamento em estudos e pesquisas.

Voltemos à objetividade. Ela é imprescindível à redação científica? Preferencialmente, sim. Ainda que não seja impossível demonstrar cientificidade por uma redação pouco objetiva, ela se torna enfadonha e duvidosa se assim o for. E indubitavelmente a resposta é sim, se tomarmos o qualificativo “objetivo” como contraposto a “subjetivo”, na acepção subjetivista deste termo. Na ciência as argumentações não se sustentam sob “achismos” ou opiniões.

Cabe, no entanto, explorar outra faceta de discussão. O conceito clássico de objetividade científica está enraizado no paradigma cartesiano, que postula o pesquisador como sujeito que observa a realidade, colhe dados e os analisa pelo *cogito*. Em suma, está “de fora” do processo, do campo de pesquisa; portanto, seu olhar seria neutro e onisciente.

Na atualidade, sobretudo nas Ciências Sociais e da Saúde, sabemos que isso não é verdadeiro. Ainda que a pesquisa seja bibliográfica ou quantitativa, lidamos com pessoas ou com o universo do humano. Denominar o outro de objeto é um equívoco (como se somente o pesquisador fosse sujeito); e fazer do campo de pesquisa meramente um espaço de coleta é outro equívoco:





supõe um “coletor” (externo) que adentra a uma realidade fixa, cujos elementos já estariam dispostos para serem “colhidos”.

O campo de pesquisa deve servir à fomentação intelectual do pesquisador, à medida que este não só observa, mas interage com o contexto. Caso contrário, o trabalho se converte em relatório, em que o investigador submete a realidade à condição de objeto e ao mesmo tempo se torna (ele mesmo) também objeto, ao se posicionar “de fora”, “a-sujeitando-se”. A esse respeito, González Rey¹ pontua que “o trabalho de campo exige do pesquisador a produção permanente de ideias” e os registros devem servir a essa produção, que se consubstanciará em construção teórica. Na visão desse autor, o processo é permanentemente construtivo-interpretativo.

E agora, se concordamos que existem interações entre sujeitos, impossível não situar a subjetividade. A intersubjetividade é constitutiva das pesquisas que envolvem o humano. Ela pode até ser omitida no discurso, mas podemos questionar se aí o próprio fazer científico não fica comprometido na qualidade, na riqueza das informações, na ética e na estética, quando se opta por mutilar um aspecto intrínseco ao processo.

Há, então, lugar para a subjetividade na redação científica? Se a pesquisa transcorre em contextos humanos, a intersubjetividade permeia todos os espaços. É mais do que justo, ético e fidedigno expor suas marcas. O desafio do pesquisador é entremeá-la com o caráter formal e objetivo requerido pelo rigor acadêmico. Por mais contraditório que pareça, a cientificidade de uma pesquisa que envolve seres humanos é robustecida pelo que advém das subjetividades, desde que os elementos intersubjetivos sejam postos ao trabalho intelectual, à reflexão e ao rigor teórico, à defesa e a discussão de argumentos e à proposição de construtos.

Assumir essa imbricação supõe assumir compromisso científico e também com uma realidade humana, manifesto na linguagem. Portanto, o discurso não é neutro, ele reflete posicionamentos e criticidade; também expressa dúvidas, questiona o recorrente, propõe, reivindica e faz autocríticas.

Nas linhas da objetividade insinua-se o que foi suscitado de emoções, essas que permitem leituras do não dito, bem como das dinâmicas de relações e de espaços. Permitem a indignação e a admiração, a ruminância da dúvida e o impulso de busca de alternativas, o desejo de aprimoramento e de revisão de conceitos e concepções; enfim, propiciam ao pesquisador continuar a ser o que deve: sujeito que, ao fazer ciência, descobre e também se permite ser aprendiz.

Referência

1. González-Rey, F. L. Pesquisa qualitativa: caminhos e desafios. São Paulo: Thomsom Pioneira, 2002.

